REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER PARA PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS E CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL PARADESPORTIVO DA ANDE

PUBLIC SPORTS AND LEISURE POLICIES FOR INDIVIDUALS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: SCIENTIFIC EVIDENCE AND CONTRIBUTIONS FROM THE NATIONAL PARALYMPIC PROGRAM OF THE BRAZILIAN ASSOCIATION OF SPORTS FOR PERSONS WITH DISABILITIES

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE Y OCIO PARA PERSONAS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: EVIDENCIAS CIENTÍFICAS Y CONTRIBUCIONES DEL PROGRAMA PARALÍMPICO NACIONAL DE LA ASOCIACIÓN BRASILEÑA DE DEPORTES PARA PERSONAS CON DISCAPACIDAD

Mauricio Fidelis
Mestrando em Ciências da Atividade Física pelo PPGCAF/UNIVERSO, docente da graduação de Educação Física da UCB/RJ, Brasil
E-mail: mauricio.moreira@castelobranco.br

Marco Cruz
Mestrando em Ciências da Atividade Física pelo PPGCAF/UNIVERSO, docente do Instituto Crescer Com Meta, Brasil
e-mail: marcocruz1005@yahoo.com.br

Tamires Borges
Mestranda em Ciências da Atividade Física pelo PPGCAF/UNIVERSO, Psicóloga Clinica, Brasil
E:mail: Tamires.fb@outlook.com

Romulo Caccavo
Mestre em Projetos Sociais pela FGV, docente de Educação Física da Prefeitura Municipal de Mangaratiba e da SEEDUC/RJ, Brasil
E-mail: romulocaccavo@hotmail.com

Ramdel Caldas
Mestre em Ciências da Atividade Física pelo PPGCAF/UNIVERSO, docente da graduação de Educação Física da UCB/RJ, Brasil
E-mail: proframdelcaldas@gmail.com

Raphael Martins
Especialista em Psicologia da Educação, docente da graduação de Educação Física da UCB/RJ, Brasil
E-mail: raphael.martins033@gmail.com

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

Carlos Alberto Figueiredo da Silva
Doutor em Educação Física pela UGF, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências da Atividade Física UNIVERSO, Brasil.
E-mail: carlos.silva@nt.universo.edu.br

Resumo

O presente artigo analisa as contribuições das políticas públicas de esporte e lazer voltadas para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco na experiência do Programa Nacional Paradesportivo, executado pela Associação Nacional de Desportos para Deficientes (ANDE). O objetivo do estudo consistiu em investigar, por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, como as políticas públicas esportivas e o programa supracitado impactam o desenvolvimento e a inclusão social dessa população. Metodologicamente, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios. Procedeu-se a uma revisão narrativa da literatura em bases de dados científicas e à análise de legislações e documentos institucionais do programa. Os resultados evidenciam que o TEA é a condição predominante no projeto, representando a maioria dos beneficiários atendidos nas modalidades de bocha paralímpica e futebol adaptado. A análise demonstrou que a prática sistematizada de exercícios físicos promove benefícios significativos nas dimensões motora, cognitiva e socioemocional, corroborando as evidências científicas atuais. Conclui-se que projetos financiados por mecanismos como a Lei de Incentivo ao Esporte são estratégicos para a efetivação dos direitos constitucionais ao esporte e lazer, atuando como instrumentos essenciais para a promoção da saúde, da cidadania e da inclusão social de indivíduos com TEA no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Políticas Públicas; Esporte Adaptado; Inclusão Social

Abstract

This article analyzes the contributions of public sport and leisure policies aimed at people with Autism Spectrum Disorder (ASD), focusing on the experience of the National Para-sports Program, executed by the National Association of Sports for the Disabled (ANDE). The objective of the study was to investigate, through a bibliographic survey and documentary analysis, how sports public policies and the aforementioned program impact the development and social inclusion of this population. Methodologically, the research adopted a qualitative approach, of an applied nature, with descriptive and exploratory objectives. A narrative literature review was conducted in scientific databases, alongside the analysis of legislation and institutional documents of the program. The results show that ASD is the predominant condition in the project, representing the majority of beneficiaries served in paralympic bocce and adapted football modalities. The analysis demonstrated that the systematized practice of physical exercise promotes significant benefits in motor, cognitive, and socio-emotional dimensions, corroborating current scientific evidence. It is concluded that projects funded by mechanisms such as the Sports Incentive Law are strategic for the fulfillment of constitutional rights to sport and leisure, acting as essential instruments for the promotion of health, citizenship, and social inclusion of individuals with ASD in the Brazilian context.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Public Policies; Adapted Sport; Social Inclusion.

Resumen

El presente artículo analiza las contribuciones de las políticas públicas de deporte y ocio dirigidas a personas con Trastorno del Espectro Autista (TEA), centrándose en la experiencia del Programa

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

Nacional Paradeportivo, ejecutado por la Asociación Nacional de Deportes para Discapacitados (ANDE). El objetivo del estudio consistió en investigar, mediante una revisión bibliográfica y un análisis documental, cómo las políticas públicas deportivas y el programa mencionado impactan en el desarrollo y la inclusión social de esta población. Metodológicamente, la investigación adoptó un enfoque cualitativo, de carácter aplicado, con objetivos descriptivos y exploratorios. Se procedió a una revisión narrativa de la literatura en bases de datos científicas y al análisis de legislaciones y documentos institucionales del programa. Los resultados evidencian que el TEA es la condición predominante en el proyecto, representando a la mayoría de los beneficiarios atendidos en las modalidades de bocha paralímpica y fútbol adaptado. El análisis demostró que la práctica sistematizada de ejercicios físicos promueve beneficios significativos en las dimensiones motora, cognitiva y socioemocional, corroborando las evidencias científicas actuales. Se concluye que los proyectos financiados por mecanismos como la Ley de Incentivo al Deporte son estratégicos para la efectividad de los derechos constitucionales al deporte y al ocio, actuando como instrumentos esenciales para la promoción de la salud, la ciudadanía y la inclusión social de individuos con TEA en el contexto brasileño.

Palabras clave: Trastorno del Espectro Autista; Políticas Públicas; Deporte Adaptado; Inclusión Social.

1. Introdução

Este artigo nasce de um projeto social, denominado Programa Nacional Paraesportivo, uma proposta executada pela Associação Nacional de Desportos para Deficientes (ANDE). O Programa Nacional Paradesportivo é incentivado pela VALE por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte. É um projeto que trabalha com a bocha paralímpica e com o futebol adaptado em três cidades. Esse projeto tem, predominantemente, alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), e é sobre esse projeto e esse público específico que vamos tratar neste estudo. E como vamos pensar aqui os impactos das atividades desenvolvidas no projeto com os nossos alunos com TEA, é importante entender que o TEA ao longo do tempo, a ideia que se tinha sobre o autismo foi sofrendo por várias transformações, e hoje segundo os protocolos internacionais há um consenso de que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) constitui uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por défices persistentes na comunicação e na interação social, associados à presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, características essas que precisam se manifestar ainda na infância (American Psychiatric Association, 2023). Nas últimas décadas, podemos perceber um aumento da prevalência do TEA, o tem ampliado o interesse científico sobre o tema, as propostas de inúmeros estudos é a de organização de estratégias

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

que sejam capazes de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos que estejam no TEA, a participação social e a melhoria da qualidade de vida dessa população que hoje padece de políticas públicas que possam assegurar o atendimento mínimo das suas necessidades, destacando-se, entre elas, a prática sistematizada de exercícios físicos e atividades esportivas.

Estudos nacionais e internacionais demonstram que o exercício físico produz efeitos positivos sobre diferentes dimensões do desenvolvimento de pessoas com TEA (Lourenço et al., 2015), incluindo habilidades motoras, coordenação, equilíbrio, funções executivas, comunicação, interação social, autorregulação emocional e autonomia funcional. Além dos benefícios físicos e cognitivos, o esporte, enquanto direito constitucional, tem sido reconhecido como importante instrumento de promoção da saúde, inclusão social e fortalecimento da cidadania, sobretudo quando desenvolvido em ambientes acessíveis e conduzido por profissionais qualificados.

Paralelamente ao avanço das evidências científicas, observa-se no Brasil um fortalecimento do arcabouço jurídico destinado à garantia dos direitos das pessoas com deficiência, entre elas as pessoas com TEA. A Constituição de 1988 reconhece o esporte e o lazer como direitos sociais, enquanto a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidam princípios relacionados à acessibilidade, à igualdade de oportunidades e à participação social, reforçando o dever do Estado de promover políticas públicas inclusivas também no âmbito do esporte e do lazer.

Nesse contexto, projetos como o Programa Nacional Paradesportivo, financiados por políticas públicas, assumem um papel estratégico para a efetivação desses direitos. Entre os principais mecanismos de financiamento, destaca-se a Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), que possibilita a execução de projetos voltados à democratização do acesso às práticas esportivas, por meio da articulação entre o poder público, a iniciativa privada e as organizações da sociedade civil.

Inserido nesse cenário, o Programa Nacional Paradesportivo, desenvolvido

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

pela ANDE, em parceria com a VALE e o Ministério do Esporte, constitui uma experiência relevante de política pública voltada à promoção do esporte adaptado. O programa oferece, gratuitamente, atividades de Bocha Paralímpica e Futebol Adaptado nos municípios de Colatina e Vila Velha, no estado do Espírito Santo, e Governador Valadares, em Minas Gerais, atendendo crianças, adolescentes e jovens com deficiência regularmente matriculados na rede de ensino, essa exigência se deve ao fato do programa se desenvolver na dimensão educacional do esporte que hoje compõe uma das dimensões das políticas públicas de esporte e lazer como bem desta em seu estudo Ramos et al. (2025).

Os dados institucionais do programa evidenciam sua relevância social. Atualmente, são atendidos 201 participantes, dos quais aproximadamente 94% possuem algum tipo de deficiência. Entre os beneficiários, o Transtorno do Espectro Autista representa a condição predominante, com 109 participantes, número superior ao observado para as demais condições atendidas pelo programa, como deficiência intelectual, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno Opositivo Desafiador e transtornos de ansiedade. Esse perfil reforça a crescente demanda por políticas públicas esportivas direcionadas à população neurodivergente e evidencia a importância da produção de conhecimentos científicos capazes de subsidiar sua expansão e aperfeiçoamento.

Embora a literatura apresente evidências consistentes acerca dos benefícios do exercício físico para pessoas com TEA, ainda são limitados os estudos que articulam, de forma integrada, os impactos das políticas públicas de esporte e lazer, as evidências científicas sobre os efeitos das práticas esportivas e a análise de programas brasileiros de grande abrangência destinados especificamente a essa população. Essa lacuna evidencia a necessidade de investigações que aproximem os conhecimentos produzidos pela literatura das experiências concretas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, as contribuições das políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com TEA, bem como discutir, à luz das evidências científicas, os impactos do Programa Nacional Paradesportivo

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

desenvolvido pela ANDE. Ao reunir evidências sobre os efeitos do exercício físico e analisar uma experiência brasileira de implementação de política pública esportiva, busca-se contribuir para o fortalecimento do debate científico sobre o papel do esporte como instrumento de promoção da saúde, da inclusão social e da garantia de direitos das pessoas com TEA.

2. Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos descritivos e exploratórios, desenvolvida por meio de revisão narrativa da literatura associada à análise documental. A escolha desse delineamento fundamenta-se na necessidade de compreender, interpretar e discutir criticamente as evidências científicas relacionadas às políticas públicas de esporte e lazer destinadas às pessoas com TEA, bem como analisar a experiência do Programa Nacional Paradesportivo desenvolvido pela ANDE.

A abordagem qualitativa foi adotada por possibilitar a compreensão de fenômenos complexos a partir da interpretação de significados, concepções e evidências produzidas na literatura científica, sem recorrer à mensuração estatística dos dados. Conforme Minayo (2014), a pesquisa qualitativa busca compreender processos sociais e fenômenos humanos considerando seus significados, relações e contextos, sendo especialmente indicada para investigações que envolvem políticas públicas, inclusão social e desenvolvimento humano.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória. Segundo Gil (2019), pesquisas descritivas têm como finalidade descrever características de determinado fenômeno ou população, enquanto pesquisas exploratórias buscam ampliar o conhecimento sobre temas ainda pouco investigados ou analisados sob perspectivas específicas. No presente estudo, pretende-se descrever as evidências científicas acerca dos benefícios do exercício físico para pessoas com TEA e explorar como essas evidências dialogam com uma política pública esportiva implementada no contexto brasileiro.

Os procedimentos metodológicos compreenderam a realização de uma

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

revisão narrativa da literatura e de análise documental. A revisão narrativa foi escolhida por possibilitar a integração crítica de diferentes produções científicas sobre um mesmo fenômeno, permitindo discutir conceitos, resultados e perspectivas teóricas sem a rigidez metodológica característica das revisões sistemáticas (Rother, 2007). Complementarmente, realizou-se análise documental de legislações, documentos normativos e dados institucionais relacionados ao Programa Nacional Paradesportivo, buscando contextualizar sua estrutura, seus objetivos e o perfil dos participantes atendidos. A busca bibliográfica foi realizada entre janeiro e junho de 2026 nas bases Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, Portal de Periódicos CAPES e Google Scholar. Foram utilizados descritores provenientes dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e do Medical Subject Headings (MeSH), combinando termos em português e inglês, tais como "Transtorno do Espectro Autista", "Autism Spectrum Disorder", "atividade física", "physical exercise", "esporte adaptado", "adapted sport", "políticas públicas", "qualidade de vida", "paradesporto", "bocha paralímpica" e "futebol adaptado".

Foram incluídos artigos científicos completos, publicados preferencialmente entre 2022 e 2026, nos idiomas português e inglês, além de livros, documentos institucionais, legislações e relatórios oficiais relacionados ao tema da pesquisa. Foram excluídos estudos duplicados, resumos sem texto completo, artigos de opinião sem fundamentação científica e publicações cujo objeto não estivesse relacionado ao TEA, às políticas públicas de esporte e lazer ou aos efeitos do exercício físico.

A análise documental contemplou a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte), a Lei nº 12.764/2012, a Lei nº 13.146/2015 e documentos institucionais da ANDE relativos ao Programa Nacional Paradesportivo. Também foram analisados dados agregados referentes ao perfil dos participantes, modalidades esportivas ofertadas e distribuição dos beneficiários segundo sexo, faixa etária e condições clínicas, sem qualquer identificação individual.

As informações provenientes da revisão da literatura e da análise documental foram submetidas à análise interpretativa, buscando identificar convergências entre

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

as evidências científicas e a experiência do Programa Nacional Paradesportivo, discutindo suas contribuições para a promoção da saúde, da inclusão social e da garantia do direito ao esporte para pessoas com TEA. Por utilizar exclusivamente documentos públicos, literatura científica e dados institucionais agregados, sem acesso a informações individualizadas ou identificáveis, a pesquisa dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o disposto na Resolução CNS nº 510/2016.

3. Resultados e Discussão

3.1. Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista

A Constituição de 1988 consolidou um importante marco jurídico ao reconhecer o esporte e o lazer como direitos sociais fundamentais, estabelecendo que o Estado deve fomentar práticas esportivas formais e não formais como instrumento de promoção da cidadania e do desenvolvimento humano. Essa compreensão rompeu com a visão tradicional do esporte restrita ao rendimento competitivo, ampliando sua função como política pública voltada à promoção da saúde, da inclusão social e da qualidade de vida. No caso das pessoas com deficiência que compõem o projeto da ANDE, esse direito adquire significado ainda mais relevante, uma vez que as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais historicamente limitaram sua participação em espaços esportivos e recreativos. Para as pessoas com TEA, tais barreiras tornam-se ainda mais complexas em razão das características clínicas do transtorno, que frequentemente envolvem dificuldades na comunicação social, alterações sensoriais, déficits motores e padrões comportamentais específicos.

E por isso a evolução da legislação brasileira foi e é um marco importante, pois demonstra os avanços que são significativos nesse processo de reconhecimento de direitos. Por exemplo a Lei nº 12.764/2012 instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. Posteriormente a ela, a Lei Brasileira de Inclusão consolidou princípios

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

relacionados à acessibilidade, participação social, autonomia e igualdade de oportunidades, fortalecendo o dever do Estado em promover ambientes inclusivos também nas áreas do esporte, da cultura e do lazer. Entretanto, a existência de um marco legal robusto ainda não é o suficiente para garantir esses direitos na sua plenitude. Diversos estudos apontam que ainda persistem dificuldades relacionadas à oferta de programas esportivos adaptados Sanchotene et al. (2026), à formação de profissionais especializados Jesus et al. (2025), à insuficiência de equipamentos públicos acessíveis e à limitada articulação entre saúde, educação e esporte. Tais desafios evidenciam a necessidade de políticas públicas intersetoriais capazes de integrar diferentes áreas governamentais em torno da promoção da qualidade de vida das pessoas com TEA.

Como profissional de Educação Física é que advogo que o esporte deve ser compreendido como instrumento de desenvolvimento humano e não apenas como prática corporal. A participação em programas esportivos favorece processos de inclusão social, amplia oportunidades de convivência comunitária, fortalece vínculos familiares e contribui para o exercício da cidadania. Para crianças e adolescentes com TEA, essas experiências tornam-se especialmente relevantes por possibilitarem situações de interação social mediadas por atividades lúdicas, cooperativas e adaptadas às necessidades individuais. Inúmeras literaturas demonstram que as políticas públicas esportivas permanentes apresentam potencial para reduzir desigualdades sociais e ampliar o acesso de pessoas com deficiência aos serviços públicos (Pancotto, 2017). Além dos benefícios físicos decorrentes da prática regular do exercício, programas estruturados favorecem a construção da autonomia, da autoestima, da participação social e do sentimento de pertencimento, aspectos diretamente relacionados ao conceito ampliado de qualidade de vida proposto pela Organização Mundial da Saúde (WHOQOL GROUP, 1995).

Nesse cenário, iniciativas financiadas por mecanismos como a Lei Federal de Incentivo ao Esporte assumem papel estratégico. Ao permitir que empresas como a VALE destinem parte de seus tributos ao financiamento de projetos esportivos de interesse social como o Programa Nacional Paradespotivo, a legislação amplia a capacidade de investimento em programas inclusivos, promovendo a aproximação

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

entre poder público, iniciativa privada e organizações da sociedade civil. Essa articulação torna possível a implementação de ações permanentes que dificilmente seriam viabilizadas apenas por recursos orçamentários tradicionais. E justamente nesse contexto que se insere o Programa Nacional Paradesportivo da ANDE. Muito mais do que oferecer aulas de Bocha Paralímpica e Futebol Adaptado, o programa materializa princípios constitucionais relacionados ao direito ao esporte, à inclusão e à igualdade de oportunidades. A predominância de participantes com TEA evidencia, ainda, que a demanda por programas esportivos especializados é crescente e que políticas públicas dessa natureza representam importante estratégia de promoção da saúde, do desenvolvimento humano e da inclusão social.

3.2. Exercício Físico, Esporte Adaptado e Qualidade de Vida de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista

Nas últimas duas décadas, a produção científica acerca dos efeitos do exercício físico sobre pessoas com TEA apresentou crescimento expressivo (Jiang et al., 2023), acompanhando o aumento da prevalência do transtorno e a ampliação das políticas públicas voltadas à inclusão social. Historicamente, as intervenções direcionadas às pessoas com TEA concentravam-se predominantemente nas áreas da psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e medicina. Entretanto, evidências acumuladas ao longo dos últimos anos demonstram que a Educação Física através do esporte adaptado passou a ocupar posição estratégica dentro das equipes multiprofissionais de atendimento.

O TEA caracteriza-se como um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete diferentes dimensões do desenvolvimento humano, envolvendo alterações na comunicação social, comportamentos repetitivos, processamento sensorial, funções executivas e desenvolvimento motor. Embora os critérios diagnósticos enfatizem principalmente aspectos comportamentais e sociais, segundo (Piccolo et al., 2025) os déficits motores constituem uma das manifestações mais frequentes dessa população, influenciando diretamente sua participação em atividades escolares, esportivas e de lazer por exemplo. Nesse sentido, Grola e Tourinho Filho (2026) destacam que alterações relacionadas ao equilíbrio,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

coordenação motora, planejamento motor e controle postural estão presentes em parcela significativa das pessoas com TEA, comprometendo sua funcionalidade e participação social. Os autores ressaltam que tais limitações não devem ser compreendidas apenas como consequências secundárias do transtorno, mas como componentes que interferem diretamente na autonomia e na qualidade de vida, exigindo intervenções específicas por meio do exercício físico sistematizado.

Corroborando essa perspectiva, Rossi et al. (2023) observaram que diferentes modalidades de atividade física contribuem significativamente para o desenvolvimento global de crianças com TEA. A revisão conduzida pelos autores identificou benefícios relacionados à melhoria da coordenação motora, da comunicação, da interação social, da capacidade cognitiva e da redução de comportamentos estereotipados e agressivos. Além disso, evidenciaram que atividades desenvolvidas em grupo potencializam os ganhos sociais ao favorecer situações permanentes de cooperação, compartilhamento de tarefas e resolução de problemas característica essa que compõem as atividades do Programa Nacional Paradesportivo.

Resultados semelhantes foram identificados por Vieira et al. (2026), cuja revisão sistemática analisou aproximadamente 750 crianças submetidas a diferentes protocolos de intervenção. Os autores verificaram que programas estruturados com duração mínima de doze semanas e frequência semanal superior a 120 minutos produziram melhorias consistentes no desenvolvimento motor global, no desempenho acadêmico, na participação social e na redução de comportamentos disruptivos, nesse último caso é importante destacar que esse é um ganho importante, já que grande parte dos desafios inerentes ao TEA estão relacionados aos comportamentos disruptivos. Tais evidências reforçam que o exercício físico deve ser compreendido como uma intervenção contínua, e não como atividade complementar esporádica.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se ao impacto do exercício físico sobre as funções executivas. Crianças com TEA frequentemente apresentam dificuldades relacionadas ao planejamento, flexibilidade cognitiva, atenção sustentada e controle inibitório, fatores que interferem diretamente em sua

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

autonomia cotidiana. Segundo Suárez-Manzano et al. (2024) programas de atividade física, especialmente aqueles estruturados por meio de jogos motores, esportes coletivos e atividades coordenativas, favorecem o aprimoramento dessas funções, produzindo efeitos positivos também sobre o desempenho escolar. Além dos aspectos cognitivos, observa-se importante influência sobre o desenvolvimento socioemocional. A participação em atividades esportivas proporciona situações constantes de interação, negociação, cooperação e resolução de conflitos, favorecendo a aprendizagem de habilidades sociais frequentemente comprometidas em pessoas com TEA (Eime et al., 2013). Bessa et al. (2019) evidenciam que ambientes esportivos inclusivos reduzem significativamente o isolamento social, aumentam a autoestima, fortalecem vínculos afetivos e ampliam o sentimento de pertencimento aos diferentes grupos sociais.

Sob a perspectiva da saúde pública, outro benefício amplamente documentado refere-se ao combate ao sedentarismo. Segundo Rech et al. (2022), crianças e adolescentes com TEA apresentam menores níveis de atividade física quando comparados à população neurotípica, condição associada ao aumento da obesidade, doenças cardiovasculares, alterações metabólicas e pior qualidade de vida. Dessa forma, programas esportivos permanentes representam importante estratégia preventiva, reduzindo fatores de risco e promovendo hábitos saudáveis desde a infância. Embora diversas modalidades esportivas apresentem resultados positivos, observa-se que os esportes coletivos assumem papel diferenciado em razão das oportunidades de interação social que proporcionam. O futebol adaptado, por exemplo, exige comunicação constante, tomada rápida de decisões, cooperação entre colegas, percepção espacial, coordenação motora ampla e respeito às regras coletivas. Essas características fazem com que a modalidade transcenda os benefícios fisiológicos, constituindo um importante ambiente de aprendizagem social.

A revisão realizada por Bonato e Dorst (2026) demonstra que programas de iniciação esportiva no futebol adaptado promovem ganhos expressivos no desenvolvimento psicomotor, nas funções neuropsicológicas e nas competências sociais de crianças com TEA. Segundo os autores, o ambiente esportivo favorece

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

simultaneamente o desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, justificando sua utilização como intervenção complementar em programas voltados ao desenvolvimento integral dessa população. A Bocha Paralímpica, por sua vez, embora tradicionalmente associada às deficiências físicas severas, apresenta características pedagógicas que também podem beneficiar participantes com TEA quando utilizada em contextos inclusivos. A modalidade estimula planejamento motor, atenção sustentada, controle postural, tomada de decisão, concentração e regulação emocional, além de favorecer interações sociais mediadas por regras simples e previsíveis, aspecto particularmente importante para indivíduos com alterações no processamento social.

Outro aspecto frequentemente destacado pela literatura quando falamos de TEA refere-se à participação familiar, muito em especial das mães atípicas. Programas esportivos que envolvem pais ou responsáveis tendem a apresentar maiores índices de permanência, adesão e continuidade das práticas corporais, o Programa Nacional Paradesportivo desenvolve um projeto chamado Encontro de Famílias Especiais, onde sob a orientação da psicóloga do projeto, os responsáveis se encontro quinzenalmente para trocar experiência e estabelecer vínculos. Isso ocorre pois sabemos que a presença da família fortalece a transferência das habilidades desenvolvidas durante as aulas para os diferentes contextos sociais vivenciados pelas crianças, potencializando os resultados obtidos (Fernández Cerero et al., 2024). Entretanto, apesar do crescente número de evidências favoráveis ao exercício físico, diversos autores alertam para limitações metodológicas ainda presentes na literatura científica. Entre elas destacam-se amostras reduzidas, ausência de grupos controle, diversidade de protocolos de intervenção e dificuldades na padronização das variáveis analisadas. Essas limitações indicam a necessidade de novas pesquisas multicêntricas, com maior rigor metodológico e acompanhamento longitudinal, capazes de fortalecer as recomendações baseadas em evidências.

Os benefícios identificados ultrapassam aspectos exclusivamente motores, alcançando componentes cognitivos, emocionais, sociais e comportamentais que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas com TEA. Sob essa

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

perspectiva é que podemos afirmar que os programas esportivos financiados por políticas públicas assumem papel estratégico para essa parcela da população. Quando desenvolvidos de forma sistemática, gratuita e conduzidos por profissionais qualificados, esses programas transformam o esporte em uma ferramenta de inclusão social, promoção da saúde e garantia de direitos. É justamente nesse cenário que destaco aqui que o Programa Nacional Paradesportivo da ANDE, que é fruto de uma política pública, se apresenta como uma experiência relevante para análise científica, uma vez que reúne características compatíveis com as recomendações identificadas na literatura internacional, oferecendo intervenções contínuas por meio da Bocha Paralímpica e do Futebol Adaptado a um público majoritariamente composto por pessoas neurodivergentes.

3.3. O Programa Nacional Paradesportivo da ANDE como Modelo de Política Pública de Esporte e Inclusão Social

A literatura especializada aqui organizada demonstrou que o sucesso das políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência depende da articulação entre financiamento contínuo, profissionais qualificados, metodologias adaptadas e acesso gratuito às práticas esportivas. Nesse contexto, o Programa Nacional Paradesportivo, como um projeto fruto de um desdobramento de uma política pública que é a Lei Federal de Incentivo ao Esporte, acaba configura-se como uma importante experiência brasileira de implementação de políticas públicas esportivas voltadas à promoção da inclusão social, da saúde e da qualidade de vida.

Ao contrário de iniciativas pontuais, o Programa Nacional Paradesportivo estrutura-se como uma ação permanente estando no seu terceiro ano de execução, oferecendo atendimento sistemático nas modalidades de Bocha Paralímpica e Futebol Adaptado nos municípios de Colatina e Vila Velha, no Espírito Santo, e Governador Valadares, em Minas Gerais. E o que podemos observar nesses três anos é que a continuidade das atividades permite que os participantes desenvolvam vínculos duradouros com os profissionais, com os colegas e com o ambiente esportivo, aspecto amplamente reconhecido pela literatura como condição fundamental para a consolidação dos benefícios do exercício físico em pessoas com

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

TEA.

A análise do perfil dos participantes demonstra a relevância social do programa, pois atualmente são atendidos 201 beneficiários, dos quais aproximadamente 94% possuem algum tipo de deficiência, evidenciando que o projeto alcança efetivamente seu público prioritário. Esse percentual demonstra elevada capacidade de focalização da política pública, característica considerada essencial para programas financiados por recursos públicos incentivados. Outro aspecto relevante refere-se à distribuição por sexo. Observa-se predominância do público masculino, correspondente a aproximadamente 78% dos participantes, enquanto o sexo feminino representa cerca de 22% do total. Essa distribuição acompanha o perfil epidemiológico do próprio TEA, cuja prevalência é historicamente superior entre indivíduos do sexo masculino. Entretanto, também suscita reflexões acerca da necessidade de ampliação das estratégias de identificação, acolhimento e permanência de meninas com TEA em programas esportivos inclusivos, considerando que estudos recentes apontam importante subdiagnóstico feminino.

A distribuição por faixa etária evidencia concentração predominante entre crianças e adolescentes de 10 a 15 anos. Sob a perspectiva do desenvolvimento humano, esse resultado apresenta significativa relevância, uma vez que essa etapa corresponde a um período marcado por importantes transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. A intervenção quando realizada durante a infância e adolescência apresentam maior potencial para favorecer a aquisição de habilidades motoras fundamentais, o desenvolvimento das funções executivas, a autonomia e a participação social ao longo da vida adulta. O dado que mais caracteriza o Programa Nacional Paradesportivo refere-se ao perfil clínico dos participantes. O TEA constitui a condição predominante entre os beneficiários, totalizando 109 participantes.

Esse panorama evidencia uma importante transformação no perfil do público atendido pelos programas paradesportivos brasileiros. Tradicionalmente, iniciativas vinculadas ao esporte adaptado concentravam suas ações em pessoas com deficiência física, paralisia cerebral ou deficiência visual. Os dados do Programa Nacional Paradesportivo demonstram que a crescente demanda de pessoas com

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

TEA exige novas abordagens metodológicas, formação continuada dos profissionais de Educação Física e reorganização das políticas públicas esportivas. Sob a perspectiva científica, esse resultado apresenta elevada coerência com a literatura nacional e internacional. Como já mencionado aqui, tem pesquisas que apontam que pessoas com TEA frequentemente apresentam menores níveis de atividade física, maior comportamento sedentário, dificuldades motoras e reduzidas oportunidades de participação esportiva quando comparadas à população neurotípica. Dessa forma, a elevada participação desse público no programa pode ser interpretada como resposta concreta à insuficiência histórica de oportunidades esportivas inclusivas.

Outro aspecto importante do programa refere-se às modalidades ofertadas pelo programa. A Bocha Paralímpica e o Futebol Adaptado apresentam características pedagógicas distintas e complementares. Enquanto a Bocha estimula planejamento motor, coordenação fina, atenção, concentração, tomada de decisão e controle emocional, o Futebol Adaptado favorece deslocamentos, coordenação motora ampla, percepção espacial, comunicação, cooperação e interação social. A coexistência dessas modalidades amplia significativamente as possibilidades de desenvolvimento global dos participantes. Sob a ótica das evidências científicas analisadas neste estudo, observa-se que as características metodológicas do Programa Nacional Paradesportivo apresentam elevada convergência com os princípios considerados mais eficazes pela literatura especializada. Entre esses princípios destacam-se a prática sistematizada, a continuidade das intervenções, o acompanhamento por profissionais qualificados, a adaptação pedagógica das atividades, o respeito às características individuais e a valorização da interação social como elemento central do processo educativo.

Outro elemento que merece destaque refere-se ao modelo de financiamento adotado pelo programa, a proximidade com a iniciativa privada é importante para potencializar as políticas públicas de esporte e lazer. E neste sentido que a parceria estabelecida entre ANDE, VALE e Ministério do Esporte, viabilizada pela Lei Federal de Incentivo ao Esporte, demonstra como mecanismos de renúncia fiscal podem ser convertidos em investimentos sociais capazes de produzir impactos concretos sobre a vida de pessoas com deficiência. Trata-se de um exemplo de governança

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

colaborativa, no qual Estado, iniciativa privada e terceiro setor compartilham responsabilidades na implementação de políticas públicas de interesse coletivo. Sob essa perspectiva, o Programa Nacional Paradesportivo ultrapassa a condição de projeto esportivo, configurando-se como uma política pública de promoção dos direitos humanos. O esporte deixa de representar exclusivamente uma prática corporal e passa a assumir funções relacionadas à inclusão social, ao fortalecimento da cidadania, à democratização do acesso às políticas públicas e à promoção da saúde.

Os resultados observados nas fichas e nos relatórios nos permite afirmar que o programa contribui diretamente para a concretização de diversos dispositivos legais brasileiros, entre eles a Constituição Federal de 1988, a Lei Berenice Piana, a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Ao garantir acesso gratuito ao esporte adaptado, o programa materializa direitos fundamentais frequentemente comprometidos pela ausência de políticas públicas permanentes. Além disso, o Programa Nacional Paradesportivo apresenta potencial para servir como referência para outros estados brasileiros pelo que veem demonstrando ao longo desses três anos. A combinação entre financiamento sustentável, metodologia estruturada, formação profissional, acompanhamento contínuo e articulação institucional constitui um modelo passível de replicação em diferentes contextos, contribuindo para ampliar o acesso de pessoas com TEA às práticas esportivas e aos benefícios amplamente documentados pela literatura científica.

Finalmente, os resultados analisados reforçam que políticas públicas esportivas não devem ser avaliadas exclusivamente pelo número de participantes atendidos, mas principalmente por sua capacidade de produzir transformações sociais duradouras. Quando fundamentado em evidências científicas e desenvolvido de forma permanente, o esporte constitui um instrumento de promoção da autonomia, da participação social, da qualidade de vida e da garantia de direitos das pessoas com TEA.

Os resultados desta revisão evidenciam que o conjunto das pesquisas publicadas na última década converge para um consenso: o exercício físico e o esporte adaptado constituem importantes estratégias de promoção da saúde, do

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

desenvolvimento humano e da inclusão social de pessoas com TEA. Entretanto, embora os benefícios estejam amplamente documentados na literatura, observa-se que sua efetivação depende diretamente da existência de políticas públicas capazes de garantir acesso contínuo, gratuito e qualificado às práticas esportivas.

É nesse sentido que ao analisarmos o Programa Nacional Paradesportivo podemos compreender como os conhecimentos produzidos pela literatura científica podem ser operacionalizados em uma política pública concreta. Diferentemente de estudos experimentais desenvolvidos em ambiente laboratorial ou universitário, o programa representa uma intervenção em contexto real, inserida no cotidiano de crianças, adolescentes e jovens com deficiência, nos possibilitando observar como os princípios identificados na produção científica podem ser aplicados em larga escala. A predominância de participantes com TEA (109 beneficiários) constitui um dos principais achados desta investigação. Esse resultado demonstra que a demanda social por programas esportivos inclusivos voltados à população autista é significativamente superior à observada para outras condições atendidas pelo projeto.

As características do projeto confirmam a crescente necessidade de reorganização das políticas públicas esportivas brasileiras, considerando o aumento progressivo da prevalência do TEA e a ampliação do reconhecimento dos direitos dessa população. Esse achado dialoga diretamente com a literatura revisada, que demonstra que pessoas com TEA apresentam menores índices de participação em atividades físicas quando comparadas à população neurotípica. Barreiras relacionadas ao ambiente, à formação profissional, ao preconceito, às dificuldades de comunicação e à inexistência de programas adaptados limitam significativamente o acesso ao esporte. Assim, a elevada participação de pessoas com TEA no Programa Nacional Paradesportivo pode ser compreendida como consequência direta da oferta de um ambiente estruturado, acolhedor e pedagogicamente adaptado às suas necessidades.

Outro aspecto observado que merece destaque e refere-se à neurodiversidade apresentada pelo programa, que além do TEA, tem também matriculado participantes com Deficiência Intelectual, Transtorno do Déficit de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

Atenção e Hiperatividade, Transtorno Opositivo Desafiador e Transtornos de Ansiedade. Essa heterogeneidade demonstra que a proposta metodológica adotada ultrapassa modelos centrados exclusivamente em categorias diagnósticas, aproximando-se dos pressupostos contemporâneos da Educação Física Inclusiva, que compreende a diversidade como característica inerente aos ambientes educacionais e esportivos. Embora o presente estudo não tenha realizado avaliação longitudinal dos participantes do Programa Nacional Paradesportivo, a convergência entre as características metodológicas do projeto e as recomendações encontradas na literatura permite inferir elevado potencial para produção desses benefícios.

4. Conclusão

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de levantamento bibliográfico, as contribuições das políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com Transtorno do Espectro Autista, bem como discutir, à luz das evidências científicas, os impactos do Programa Nacional Paradesportivo, desenvolvido pela Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE), em parceria com a Vale e o Ministério do Esporte, por meio da Lei Federal de Incentivo ao Esporte.

A revisão da literatura permitiu verificar consenso entre pesquisadores nacionais e internacionais quanto aos benefícios proporcionados pelo exercício físico e pelo esporte adaptado para pessoas com TEA. Os estudos analisados demonstram que programas sistematizados de atividade física promovem melhorias significativas nas habilidades motoras, coordenação, equilíbrio, funções executivas, interação social, comunicação, autorregulação emocional, autonomia e qualidade de vida. Além dos benefícios individuais, o esporte favorece processos de inclusão social, fortalecimento dos vínculos familiares e ampliação da participação comunitária, configurando-se como importante estratégia de promoção da saúde e dos direitos humanos.

Entretanto, os resultados também evidenciam que tais benefícios somente podem ser alcançados de forma ampla quando existem políticas públicas capazes de assegurar acesso contínuo, o que é um grande problema do nosso país que tem a cultura da descontinuidade de bons projetos, gratuito e qualificado às práticas

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

esportivas. Nesse sentido, a simples existência de dispositivos legais não garante a efetivação dos direitos das pessoas com TEA. Torna-se indispensável a implementação de programas permanentes, acompanhados por profissionais qualificados e sustentados por mecanismos de financiamento capazes de assegurar sua continuidade.

Embora o presente estudo tenha adotado metodologia fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, sem avaliação direta dos participantes, os resultados obtidos apontam importantes perspectivas para futuras pesquisas. Recomenda-se que investigações posteriores realizem estudos longitudinais capazes de mensurar os efeitos do Programa Nacional Paradesportivo sobre indicadores de desenvolvimento motor, qualidade de vida, habilidades sociais, autonomia funcional, desempenho escolar, saúde mental e participação familiar.

Concluímos assim que o esporte adaptado deve ser compreendido como política pública estratégica para promoção da saúde, inclusão social e garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Mais do que promover o desenvolvimento físico, programas estruturados possibilitam o fortalecimento da autonomia, da cidadania e da participação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e comprometida com a valorização da diversidade humana.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BONATO, Gabriel Galter; DORST, Lissandro Moisés. Benefícios da iniciação esportiva no futebol para crianças com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Periódicos Brasil Pesquisa Científica, v. 5, n. 3, p. 1366-1388, 2026.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006. Institui incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

EIME, Rochelle M.; YOUNG, Janet A.; HARVEY, Jack T.; CHARITY, Melanie J.; PAYNE, Warren R. A systematic review of the psychological and social benefits of participation in sport for children and adolescents: informing development of a conceptual model of health through sport. International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity, London, v. 10, art. 98, 2013. DOI: https://doi.org/10.1186/1479-5868-10-98. Disponível em: International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity. Acesso em: 16 jul. 2026.

CERERO, José Fernadéz; RUEDA, Marta Montenegro; MENESES, Eloy López. The Impact of Parental Involvement on the Educational Development of Students with Autism Spectrum Disorder. Children, Basel, v. 11, n. 9, art. 1062, 2024. DOI: https://doi.org/10.3390/children11091062. Disponível em: https://www.mdpi.com/2227-9067/11/9/1062. Acesso em: 17 jul. 2026.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GROLA, Natã Rafael; TOURINHO FILHO, Hugo. Transtorno do espectro autista, dificuldades nas habilidades motoras e intervenção terapêutica com Exergames: uma revisão narrativa. Fisioterapia Brasil, v. 27, n. 2, p. 3181-3198, 2026.

JESUS, Luciano Bussolaro de; AGGIO, Marina Toscano. Benefícios da atividade física para crianças com TEA – Transtorno do Espectro Autista. Caderno Intersaberes, Curitiba, v. 11, n. 31, p. 177-188, 2022.

JESUS, Mariana Santana de; SALES, João Gabriel Gomes de; SOUZA, Fernanda Emília Xavier de; OLIVEIRA, Kelma dos Santos Passos; SILVA, Robismar Alencar da; MACEDO, Leonarda Carvalho de; SHAW, Gisele Soares Lemos. Formação continuada de professores e inclusão de estudantes com TEA: revisão sistemática (2020–2025). Revista FT, v. 29, n. 149, 2025. DOI: https://doi.org/10.69849/revistaft/pa10202508101622. Disponível em: Revista FT. Acesso em: 16 jul. 2026.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

JIANG, Miaomiao; LU, Tianlan; YANG, Kang; LI, Xianjing; ZHAO, Liyang; ZHANG, Dai; LI, Jun; WANG, Lifang. Autism spectrum disorder research: knowledge mapping of progress and focus between 2011 and 2022. Frontiers in Psychiatry, Lausanne, v. 14, art. 1096769, 2023. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyt.2023.1096769. Disponível em: Frontiers in Psychiatry. Acesso em: 16 jul. 2026.

LOURENÇO, Carla Cristina Vieira; ESTEVES, Maria Dulce Leal; CORREDEIRA, Rui Manuel Nunes; SEABRA, André Filipe Teixeira e. Avaliação dos efeitos de programas de intervenção de atividade física em indivíduos com transtorno do espectro do autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 21, n. 2, p. 319-328, abr./jun. 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000200011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

NASCIMENTO, João Pedro Alves et al. Avanços no desenvolvimento motor e interação social de crianças com TEA: efeitos do exercício físico. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 6, n. 3, p. 1605-1616, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Doenças – CID-11. Genebra: OMS, 2022.

PAULINO, Giulia et al. Efetividade do exercício físico para cognição e qualidade de vida em crianças com autismo: revisão sistemática. In: Diálogo interdisciplinar: um encontro de saberes. Rio de Janeiro: Editora Epitaya, 2024.

PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. Conexões, Campinas, SP, v. 15, n. 2, p. 142–171, 2017. DOI: 10.20396/conex.v15i2.8647453. Disponível em: Conexões – artigo completo. Acesso em: 16 jul. 2026.

PACHECO, Nathalia Cassiane dos Santos et al. A prática de atividades físicas como suporte terapêutico em crianças com Transtorno do Espectro Autista. Research, Society and Development, v. 13, n. 12, e61131247656, 2024.

PESSÔA, Pedro Henrique de Araújo; ARANTES NETO, Liciomar Martins; VERONEZI, Denise Ferraz Lima. Benefícios do exercício físico para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2022.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

RAMOS, Juliana Marta Antunes; D'AURIA, Breno Brey; ANDRÉ, Luana Carla; SILVESTRE, Bruno Modesto; SILVA, Dirceu Santos. Políticas públicas de esporte em interface com a educação: o planejamento do esporte educacional no Brasil entre 2003 e 2024. Education Policy Analysis Archives, v. 33, n. 57, 2025. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/9113. DOI: https://doi.org/10.14507/epaa.33.9113. Acesso em: 16 jul. 2026.

RECH, John P.; IRWIN, J. Megan; ROSEN, Adam B.; BALDWIN, Jessica; SCHENKELBERG, Michaela. Comparison of Physical Activity Between Children With and Without Autism Spectrum Disorder: A Systematic Review and Meta-Analysis. Adapted Physical Activity Quarterly, v. 39, n. 4, p. 456–481, 2022. DOI: https://doi.org/10.1123/APAQ.2021-0152. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35405634/. Acesso em: 17 jul. 2026.

ROSSI, Emilly Martinelli et al. Intervenção do profissional de Educação Física no Transtorno do Espectro Autista em crianças: uma revisão. Revista Brasileira de Reabilitação e Atividade Física, Vitória, v. 12, n. 2, p. 22-26, 2023.

SANCHOTENE, Ismael; FOLMER, Vanderlei; GOULART, Aline da Silva; RODRIGUES, Flávio. Barreiras e facilitadores em programas esportivos inclusivos para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista: revisão integrativa. RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar, v. 7, n. 6, e768270, 2026. DOI: https://doi.org/10.47820/recima21.v7i6.8270. Disponível em: https://recima21.com.br/recima21/article/view/8270. Acesso em: 16 jul. 2026.

SILVA, Ana Paula Machado; FERREIRA, Ruhena Kelber Abrão. Relações entre lazer, saúde e educação: um olhar para a pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 12, n. 5, 2026.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

VIEIRA, Douglas; NEGRÃO, Ângelo; LEITE, Daniela Soares. Benefícios da atividade física para o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão sistemática. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 39, 2026.

VALENTE, João Victor Guimarães Pereira et al. Efeitos do treinamento funcional sobre a coordenação motora de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. Revista Brasileira de Ciências do Movimento, 2025.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 13/08/2026 - **Accepted:** 12/09/2026
Vol: 13.19
DOI: 10.66104/4km6pp38
Pages: 1-24

WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHOQOL: Measuring Quality of Life. Geneva: World Health Organization, 1997.

CC BY